

Teologia, Religião e Filosofia da Religião - Algumas Distinções a partir de uma Crítica a Richard Dawkins

Agnaldo Cuoco Portugal (*)

Resumo:

No presente artigo, analiso uma objeção de Richard Dawkins à tese de que a teologia pode ajudar a entender algo sobre nossas origens. Com uma crítica às posições de Dawkins, pretendo discutir o próprio conceito de teologia e sua relação com a filosofia, particularmente a filosofia da religião. Além disso, apresento também uma proposta de distinção entre a teologia, a religião e as ciências da religião. Por fim, delinheio uma resposta à questão sobre o lugar da teologia no meio acadêmico-científico de hoje.

Palavras chave:

Richard Dawkins; teologia; religião; filosofia da religião

Abstract:

In this article, I analyze a criticism by Richard Dawkins to the idea that theology may help us to understand something about our origins. With a criticism to Dawkins' view, I intend to discuss the concept of theology itself and its relationship with philosophy, particularly the philosophy of religion. In addition, I also present a proposal of distinction among theology, religion and the sciences of religion. In the end, I outline an answer to the question about the place of theology in today's academic and scientific environment.

Key words:

Richard Dawkins; theology; religion; philosophy of religion



(*) Universidade de Brasília - UnB
agnaldocp@unb.br

1. Teologia

Numa famosa carta ao jornal britânico *The Independent*, publicada em 20 de março de 1992, o eminente biólogo da Universidade de Oxford, Professor Richard Dawkins, estabeleceu um paralelo entre ciência e teologia que pode ser útil como ponto de partida para nossa discussão. Assim diz a carta:

Senhor Editor,

Em seu editorial (18 de março) sombriamente fervoroso, clamando por uma reconciliação entre ciência e “teologia”, o senhor observa que “as pessoas querem saber o máximo possível acerca de suas origens”. Eu certamente espero que elas queiram, mas que diabos faz o senhor pensar que a “teologia” teria algo a dizer acerca do assunto? A ciência é responsável pelo seguinte conhecimento acerca de nossas origens.

Sabemos aproximadamente quando o universo começou e porque é em grande parte hidrogênio. Sabemos por que as estrelas se formam, e o que acontece no interior delas para converter hidrogênio em outros elementos e assim dar origem à química num mundo de física. Sabemos os princípios fundamentais de como um mundo de química pode se tornar biologia por meio de moléculas autorreplicantes emergentes. Sabemos como o princípio de autorreplicação dá origem, por meio de seleção darwinista, a toda a vida, inclusive a humana.

É a ciência e apenas a ciência que nos deu esse conhecimento e o deu a nós, acima de tudo, em pormenor fascinante, avassalador e mutuamente confirmatório. Em cada uma dessas questões, a teologia postulou uma visão que demonstrou ser conclusivamente errada. A ciência erradicou a varíola, pôde nos imunizar contra a maior parte dos vírus que antes eram fatais e pôde matar a maioria das bactérias que antes eram mortíferas.

*A teologia não fez nada a não ser falar de pestes como castigo pelo pecado. A ciência pode predizer quando um cometa qualquer vai reaparecer e, além disso, quando o próximo eclipse vai ocorrer. A ciência pôs o homem na lua e lançou foguetes de reconhecimento ao redor de Saturno e Júpiter. A ciência pode dizer qual é a idade de um dado fóssil e que o Santo Sudário é uma fraude medieval. A ciência sabe as instruções de DNA de vários vírus e vai, ainda durante a vida de muitos leitores atuais do *The Independent*, fazer o mesmo acerca do genoma humano.*

O que a “teologia” já disse que fosse do menor uso para qualquer pessoa? Quando a “teologia” já disse qualquer coisa que fosse demonstrativamente verdadeira e não seja óbvia? Já ouvi teólogos, li-os, debati com eles. Nunca ouvi nenhum deles jamais dizer qualquer coisa que fosse minimamente útil, qualquer coisa que não fosse ou trivialmente óbvia ou plenamente falsa.

Se todas as aquisições dos cientistas fossem varridas amanhã, então não haveria médicos, mas curandeiros, nenhum transporte mais rápido que um cavalo, nenhum computador, nenhum livro impresso, nenhuma agricultura além do cultivo camponês de subsistência. Se todas as realizações dos teólogos fossem varridas amanhã, alguém notaria a diferença?

Até as más realizações dos cientistas, as bombas e os barcos baleeiros guiados por sonar, funcionam! As realizações dos teólogos não fazem nada, não afetam nada, não realizam nada, não chegam nem a significar coisa alguma. O que faz o senhor pensar que “teologia” é sequer uma disciplina?

*Atenciosamente,
Richard Dawkins¹.*

Algo que logo chama a atenção na carta de Dawkins é que uma das principais críticas dirigidas à teologia - de que ela não faz nada de útil, que se suas realizações fossem varridas amanhã, haveria pouca ressonância na vida prática da maioria das pessoas - pode facilmente ser endereçada também à filosofia, à crítica literária e até à própria carta que ele mandou para o jornal. Que utilidade tem para a vida prática da maioria das pessoas saber se a teologia deve ou não ser considerada uma área do conhecimento? Isso não ajuda a curar doença alguma nem melhora nossas condições de conforto material. Em outras palavras, as ideias discutidas pela carta de Dawkins bem como as teses sustentadas pelos filósofos e teólogos não são produtos intelectuais que tenham utilidade prática e aplicações tecnológicas.

No entanto, mesmo não sendo úteis no sentido em que, por exemplo, a farmacologia é útil, as pessoas insistem em desenvolver tais atividades intelectuais. Seriam elas irracionais por essa insistência? Na verdade, se formos levar a sério o famoso dito atribuído a Aristóteles (*Protréptico*, fr. 51) acerca da filosofia pelo menos, essas atividades são inevitáveis. Ao se negar a importância e a necessidade de se fazer filosofia já se está fazendo filosofia, só que de muito má qualidade, pois não se está sendo capaz de manter sequer um requisito básico do que classicamente se entende por racionalidade: a coerência. Em outras palavras, está-se negando de algum modo o que se está afirmando e isso é o que mais fundamentalmente se entende como irracional. Por possuir esse vício, a crítica de Dawkins à teologia transcrita acima acaba tendo pouco valor e desmerece um texto que, de resto parece bastante informativo e instigante. Lembra o modo como Hume finaliza suas *Investigações acerca do Entendimento Humano* (1748), quando critica a metafísica e a teologia por não conterem nenhum raciocínio sobre números e suas relações e sobre questões de fato. Livros que não possuíssem tais conteúdos, dizia ele, deveriam ser lançados às chamas. Hume pretendia que seu próprio livro fosse uma descrição factual de como se dá o conhecimento, mas o que se tem não é uma obra sobre aspectos imediatamente observáveis do modo como adquirimos e processamos o conhecimento e sim um conjunto de proposições conceituais acerca de como se deve entender o problema. Em suma, era um livro de filosofia e não de psicologia empírica. Hume não percebia a gravidade de sua incoerência, pois um excelente candidato à sua triste fogueira era seu próprio livro.

Assim, a tese de que a teologia não merece respeito porque é inútil não tem a força que pretendia ter, pois atinge outras atividades teóricas que o autor não parece estar querendo rejeitar, como a filosofia, a matemática e as críticas à teologia. Se fôssemos levar a sério essa

¹Citado em Markham (1996), p. 21-2. Tradução própria.

ideia, de só aceitar áreas do conhecimento que fossem úteis no sentido de resolver problemas de conforto material, restaria muito pouco em nossa vida intelectual. Além disso, em que sentido se pode dizer que a filosofia é inútil? Se ela surge de um interesse por questões conceituais de fundamento, como se pode dizer que a atividade que satisfaz esse interesse seja inútil? Mesmo não resolvendo nenhum “problema concreto” da “vida prática”², como se pode dizer que, ao tentar esclarecer as vantagens da ciência sobre a teologia, o texto de Dawkins não seja útil? E se esclarecer questões que dizem respeito a ideias e concepções é uma atividade intelectualmente útil, por que excluir a teologia desse rol? Temos aqui uma primeira aproximação do conceito de teologia: um esforço intelectual de esclarecer determinadas ideias e concepções, particularmente, aquelas de origem religiosa. Nesse sentido, dizer que “a teologia não fez nada a não ser falar de pestes como castigo pelo pecado” não é só falso, como confunde crenças de fundo religioso popular com a tentativa de reconstrução racional dessas crenças religiosas, que a teologia busca efetuar.

Mas voltemos a outras críticas de Dawkins à teologia. Ele afirma, por exemplo, que as proposições da teologia são em geral ou trivialmente óbvias ou plenamente falsas. No entanto, talvez “obviedade” não seja um conceito tão óbvio assim. Quando se diz que algo é evidente ou óbvio, quer-se dizer que aquela proposição é já de amplo conhecimento comum. Dito de outro modo, para se designar uma informação como óbvia, é necessário identificar com precisão o que constitui o conhecimento de fundo partilhado por uma determinada comunidade de sujeitos de conhecimento. Assim, para se avaliar se a proposição “*p* é óbvio” é verdadeira, é preciso que esteja claro de que grupo de sujeitos epistêmicos se está falando, pois em geral as pessoas têm - ou se pode esperar que tenham - diferentes graus de conhecimento e acesso a diferentes tipos de informação, e se aquela dada ideia *p* de fato é de conhecimento comum de todos os envolvidos. Infelizmente, o Professor Dawkins não indica nenhuma das duas coisas, faz uma asserção genérica acerca do que a teologia afirma e não especifica para quem ela seria óbvia. Tudo leva a crer que temos aqui outra crítica de pouco mérito.

A tese de que as afirmações da teologia são plenamente falsas, porém, parece mais interessante. Um exemplo famoso é o da hipótese criacionista, baseada numa leitura literalista do livro do *Gênesis*, que se pretende uma melhor explicação acerca da origem do mundo e da vida do que a fornecida pela Física, Química e, principalmente, o ramo da Biologia que trata do surgimento e desenvolvimento das espécies, iniciado com a obra de Charles Darwin. Por ser exatamente desta área, Dawkins tem bons argumentos para mostrar o quanto a biologia evolutiva é muito mais explicativa, frutífera e capaz de fornecer um programa de pesquisa muito mais abrangente e promissor do que o criacionismo. Dado o conhecimento que se tem hoje acerca do mundo físico, é realmente muito provável que, do ponto de vista científico, a explicação da origem da vida e de como chegamos a ter os seres vivos que temos hoje com base numa leitura fundamentalista e literal da Bíblia seja falsa em termos científicos.

² A própria enunciação dessas ideias é problemática, dado o caráter altamente impreciso do senso comum para o que seja um “problema concreto” e a “vida prática”, daí as aspas. Uma das funções da filosofia é exatamente de esclarecer e dar maior clareza a essas noções, quando isso é possível. À teologia cabe algo análogo, como veremos a seguir, embora restrito a noções de uma tradição religiosa.

A leitura literalista da Bíblia, porém, é consequência apenas de um tipo determinado de teologia cristã. Há outros tipos de teologia acerca do que diz o *Gênesis* nos capítulos 1 e 3. Há, por exemplo, interpretações menos preocupadas com o valor de verdade factual daquelas passagens e mais voltadas para o sentido metafísico e poético de textos que foram escritos muito antes de se conceber o que hoje se entende por uma explicação científica. Para muitos teólogos, interessados em integrar religião e ciência, o que se tem no Gênesis é a ideia de que, não importa o mecanismo que tenha sido empregado (e que é tarefa da ciência descobrir), para judeus, cristãos e muçulmanos, a razão última da existência do mundo, o porquê de algo existir afinal, é a ação de Deus. Enquanto concepção metafísica, tal tese pode ser criticada de várias maneiras, mas não por sua inadequação às informações científicas empíricas, pois não se criticam teses metafísicas dessa maneira. Ou seja, enquanto tese metafísica, pode-se acusar o teísmo (a tese de que existe um ser pessoal que é criador e mantenedor do universo) de incorrer em problemas difíceis de resolver (como o problema do mal, por exemplo), pouco simples ou pouco frutífero para a pesquisa científica, mas não de ser inadequado aos dados de que dispõem os cientistas.

Teses metafísicas são pressupostos para a atividade de pesquisa empírica. Ao defender que não há nada além da natureza, tal como descrita pelas ciências naturais (tese a que se pode chamar de “naturalismo”), Dawkins está enunciando uma tese metafísica, que não tem como ser negada pela atividade científica, mas tampouco tem como ser confirmada por esta. Na verdade, há toda uma linha de argumentação recente em favor da tese de que o naturalismo não é apenas problemático, mas autorrefutador e incapaz de sustentar a atividade científica sem ser incoerente com suas teses mais básicas³. Em todo caso, um grande problema da crítica de Dawkins é não perceber que há diversos modos de fazer teologia, assim como há vários modos de se fazer filosofia.

Não só há vários modos de se fazer teologia, mas há também diversas áreas possíveis dentro de uma teologia, abrangendo diversos aspectos de uma dada religião. No caso mais familiar para nós, o do cristianismo, temos não só uma Teologia Sistemática, que visa dar uma forma teoricamente mais coerente e concatenada aos conteúdos da revelação religiosa, como também uma Teologia Bíblica, cujo objeto é compreender o modo como Deus e sua revelação se apresentam no texto das escrituras, interpretando-as com os recursos da hermenêutica e da teoria literária, por exemplo, ou ainda uma Teologia Moral, cujo objeto é a sistematização do conteúdo da revelação cristã com relação ao problema da conduta humana e das relações interpessoais. Nesse sentido, afirmar que são falsas as afirmações da teologia é extremamente implausível, pois se está falando de um grande número de disciplinas que se referem a vários tópicos da religião revelada e quanto maior o âmbito a que se refere uma proposição universal maior a probabilidade inicial de ela ser falsa. Assim, a teologia não é uma única disciplina, assim como “a ciência” não o é, mas um conjunto de disciplinas que buscam estudar e sistematizar o conteúdo doutrinal revelado de uma religião, um estudo que é feito, nos seus melhores exemplos, pelo menos, com sofisticados e rigorosos recursos intelectuais.

³Não cabe desenvolver esse tema da crítica ao naturalismo aqui, mas o leitor interessado pode aprofundar seu conhecimento sobre o debate em textos como Rea (2002), Reppert (2003), Beilby (2002) ou mesmo Portugal (2013).

Nesse sentido, em que medida se pode dizer que uma teologia tenha algo a dizer sobre as origens? Talvez Dawkins tenha razão na sua crítica do que parece ser a ideia do autor do editorial do *The Independent*, ou seja, de uma teologia com pretensões de informação sobre o mundo ao modo das ciências naturais. Se a teologia tem algo a dizer sobre as origens, não o é em termos factuais, ao modo das ciências da natureza, mas, com base numa revelação específica acerca da relação do homem com o sagrado, visando apresentar uma resposta particular para o problema do sentido fundamental da existência, uma questão que não é científica, mas bastante próxima do que chamamos de “questões últimas”. Nesse sentido, a teologia se aproxima da filosofia, embora se distinga em muitos outros, como, por exemplo, a existência de uma ortodoxia teológica, medida pelo grau de fidelidade (supervisionada e guardada por uma instituição eclesiástica, muitas vezes) a um texto considerado sagrado, que é algo que não se encontra em filosofia, pela inexistência de textos propriamente sagrados nesse campo de estudos e de instituições com esse tipo de poder.

Por outro lado, nisso que há de comum entre filosofia e teologia – uma abordagem do problema do sentido fundamental da existência –, é possível questionar se se trata realmente de algo que interesse a todos os filósofos, ou que a Filosofia possa dizer alguma coisa sobre “sentidos fundamentais”. Talvez essa não seja mesmo uma questão que interesse a todos, mas será que existiria alguma questão na Filosofia que devesse interessar a todo mundo? O fato é que muitos filósofos se dedicam a essa questão, do mesmo modo que há aqueles que participam dessa variada atividade intelectual que acima chamamos “teologia” e se dedicam a assuntos que não têm relação com a filosofia, com a diferença básica de que os filósofos se baseiam em concepções e ideias de origem humana, enquanto os teólogos se reportam a fontes tomadas como sagradas por uma determinada comunidade. Em todo caso, Dawkins parece ter razão em negar que a teologia possa ter algo a dizer sobre as origens num sentido de informações sobre o que de fato aconteceu no início, mas é ainda possível que ela tenha algo a dizer - pelo menos para um conjunto de pessoas - sobre a razão, o sentido fundamental disso que aconteceu, com base num conjunto de concepções de fundo religioso. Assim, para entender melhor o que vem a ser teologia, precisamos analisar o conceito de religião, o que será tentado em seguida.

2. Religião

Como vimos, enquanto a teologia diz respeito a disciplinas de estudo de certo conteúdo doutrinal ou da experiência comum de uma religião, a religião é a atividade propriamente dita a que se referem essas mesmas disciplinas. A maior dificuldade que se encontra para conceituar a religião é a variedade de fenômenos que se incluem sob esta rubrica, a ponto de darem origem a teologias incompatíveis. Um bom exemplo se configura na comparação entre cristianismo e budismo. Enquanto o primeiro postula a existência de um Deus ao mesmo tempo transcendente, pessoal e atuante na história, o segundo defende que o sentido da vida está em se buscar um estado de completa indistinção entre o eu e o

outro, seja este “outro” qualquer objeto ou pessoa. No budismo, não se fala de um deus ao qual o crente busque se aproximar, ao qual este louve, agradeça e ore por auxílio, mas sim a postulação de um estado no qual há completa ausência de sofrimento e da ilusão de multiplicidade, e uma busca de integração na harmonia desse todo indistinto. Trata-se de uma doutrina religiosa e não de uma teologia, pois o conceito de Deus não é central, considerando-se a concepção monoteísta clássica (judaica, cristã e muçulmana) como modelo. O problema é que não precisamos considerá-la como modelo. Por mais importante que seja essa concepção, existem várias outras maneiras de se conceber esse elemento absoluto com o qual se busca um relacionamento na religião e ao qual podemos denominar “Deus”. Assim, há várias maneiras de se conceber “Deus” e, mais que isso, várias maneiras de se ser religioso e de se ser ateu.

Talvez não seja no elemento doutrinal que devemos buscar o que haja de comum entre as diversas manifestações do que chamamos de religião, pois, como vimos, a diversidade de crenças chega a casos que parecem impossibilitar encontrar um mínimo denominador comum. Uma boa sugestão seria investigar aquilo que se chama o elemento experiencial ou vivencial pré-reflexivo da religião, ou seja, o componente pelo qual o adepto de uma religião se percebe ligado ou em busca de uma realidade que transcende o seu aqui e agora, que se revela com um valor todo especial e distinto do cotidiano e que confere à sua vida e ao que acontece após a morte um sentido profundo. A religião seria, assim, fundamentalmente, a experiência de uma relação com o absoluto, com aquilo que é radicalmente diferente do que temos no dia-a-dia e que inspira por vezes terror, por vezes fascínio em graus variados e cujo relacionamento é mediado por práticas cuidadosamente elaboradas a que se chamam rituais. O complexo fenômeno religioso, assim, é, antes de tudo, uma atividade humana, que se dá como resposta à experiência de algo que é tido como totalmente outro em relação à realidade comum, “o sagrado”, voltada para o contato com esse sagrado, que é postulado como o que confere sentido último à existência⁴.

Enquanto atividade humana, a religião pode se relacionar com diversos outros âmbitos da vida. Por exemplo, a maioria das grandes religiões globais tem um conjunto de preceitos éticos a serem seguidos por seus adeptos, a fim de que estes se conduzam da melhor forma possível segundo o referencial absoluto, tal como concebido por aquela doutrina específica. Além do aspecto ético, as religiões têm uma importante função de coesão e ordenamento social, na medida em que, por exemplo, instituem certos grupos como autoridades no ensino da respectiva doutrina, determinam o ritmo temporal de um grupo social e estabelecem padrões de ordem e caos que balizam as ações dos indivíduos em sociedade. Inúmeros outros aspectos da vida tais como a economia, a política, a arte e a ciência têm interessantes e importantes relações com a religião. Esta se revela, então, um fenômeno não só multifacetado, mas que envolve vários outros aspectos da existência humana, uma vez que seu objeto ou sua busca é o próprio sentido dessa existência.

⁴Essas ideias estão fortemente baseadas nas concepções de Rudolf Otto (1997 [1917]), que são de fato uma referência muito comum nas tentativas atuais de conceituar religião.

3. Filosofia da Religião

“Filosofia da religião” é uma expressão moderna que designa uma disciplina filosófica que inclui temas da metafísica clássica, como a investigação da causa primeira do que há - um tema que já encontramos em Platão e Aristóteles -, discussões fortemente presentes na filosofia medieval e moderna, como as provas da existência de Deus, e debates mais modernos como a epistemologia da crença em Deus e as críticas à religião do ponto de vista prático.

Trata-se, portanto, de uma área com fortes raízes na tradição filosófica ocidental, remontando ao pré-socrático Xenófanes de Cólofon, que ainda no século VI a.C. já criticava as religiões populares por sua concepção antropomórfica e distorcida do divino (fragmentos 169 a 172, cf. Kirk & Raven, 1990, p. 169). A relação entre filosofia e religião já começava conflituosa entre os gregos antigos, um conflito que ficou ainda mais agudo na filosofia moderna e contemporânea. No entanto, atitudes mais conciliadoras e compreensivas entre a razão filosófica e a forma de vida religiosa também foram cultivadas ao longo da tradição filosófica do ocidente.

Apesar de boa parte do que se chama de filosofia da religião ainda hoje se voltar para os problemas relacionados ao conceito de Deus, uma importante distinção deve ser feita entre os esforços empreendidos pela filosofia e pela teologia em relação a esse mesmo objeto de investigação. Enquanto a teologia busca sistematizar os conteúdos de uma determinada fé revelada, a filosofia da religião se volta para os conceitos pressupostos tanto na religião revelada quanto na teologia. Trata-se, então, de um empreendimento que parte, não da autoridade de uma revelação, mas da indagação racional autônoma sem compromisso prévio com nenhuma doutrina religiosa e interessada apenas naquilo que possa ser justificado em termos da razão humana. Ela se dedica, então, à análise das características e paradoxos envolvidos no conceito de Deus, tal como proposto na tradição monoteísta, acerca da qual a tradição filosófica se ocupou com maior profundidade. A essa área mais do que central na filosofia da religião dá-se o curioso nome de “teologia natural”, embora ela não seja nem teologia, mas filosofia, nem natural, mas uma investigação estritamente conceitual e argumentativa.

Essa diferença no ponto de partida entre a teologia e a filosofia - a primeira, na revelação e a segunda, na indagação crítica - está na raiz de um dos problemas mais tradicionais da história da filosofia da religião: o da relação entre fé e razão. As mais diversas abordagens foram aparecendo ao longo desse trabalho de reflexão e debate na história da filosofia. Tem-se desde uma recusa a usar os parâmetros da razão filosófico-científica para se discutir assuntos religiosos - que, para uns, teriam sua própria racionalidade e critérios de compreensão e, para outros, seriam inteiramente irracionais - até as tentativas de conciliação que visavam mostrar que os mesmos modelos de aceitabilidade intelectual da ciência deveriam ser empregados na avaliação de crenças religiosas. O problema da racionalidade da crença religiosa é um dos mais discutidos pela filosofia contemporânea da religião e ele se

justifica não só por sua importância em si, como também pela possibilidade de se poderem aplicar suas abordagens para o problema da justificação de outros tipos de crença, como as envolvidas na avaliação de hipóteses, as da vida cotidiana e as crenças de cunho moral⁵.

Não só a possível irracionalidade da crença religiosa motivou a análise filosófica contemporânea a respeito da religião. Problemas relativos ao modo como se relacionam liberdade e vida religiosa, particularmente a cristã, também geraram críticas fortes por parte de filósofos modernos e contemporâneos. Numa determinada interpretação da perspectiva cristã, a liberdade é uma dádiva divina, que deve ser usufruída sempre se tendo em vista a autoridade e o referencial do absoluto, ao qual o cristão se sente chamado. A ênfase parece ser mais no compromisso e na entrega para Deus do que na busca de fruição da liberdade. O ponto de vista dos críticos modernos e contemporâneos da religião defende uma noção de liberdade na qual o eu individual ocupa um lugar privilegiado e cuja realização máxima se dá no usufruto de um poder fazer com um mínimo de limites externos ao seu querer. O conflito se manifesta em vários autores, mas assume dimensões particularmente dramáticas com Nietzsche, Feuerbach, Marx e Freud, os chamados “mestres da suspeita”. São filósofos ditos ateus (em relação ao monoteísmo tradicional, pelo menos) extremamente importantes para quem deseja ter familiaridade com a filosofia da religião atualmente.

É importante notar, então, que essa área da filosofia acadêmica que se dedica aos conceitos fundamentais envolvidos no fenômeno religioso não tem nenhum compromisso em princípio com a defesa da legitimidade dessa atividade humana. Em outras palavras, aquele que critica a religião e rejeita as principais noções nela envolvidas com base em argumentos ou especulações conceituais também está fazendo filosofia da religião, o que é mais um indício da autonomia da disciplina em relação à teologia e à religião. É por isso que não se pode esperar da filosofia da religião nenhum tipo de “convencimento” acerca das verdades ou inverdades religiosas, um incremento seja da fé seja da descrença, pois o propósito é estritamente o de discussão e avaliação teórica, apresentando-se as alternativas de entendimento julgadas mais importantes na tradição filosófica sobre o tema. É certo que tanto o crente quanto o descrente podem se beneficiar das reflexões feitas na disciplina - seja no sentido de confirmação da crença que já possuía seja no sentido de mudar de posição -, mas é importante frisar que a disciplina não tem um objetivo proselitista catequético, de educação para a fé, qualquer que seja ela.

Outra distinção importante é entre filosofia da religião e a exposição das diferentes doutrinas religiosas, ao modo de um panorama informativo de cultura religiosa. Certamente o filósofo da religião precisa de certo grau de informação acerca das crenças e formas concretas de vida religiosa. No entanto, trata-se apenas de um ponto de partida, para que ele se concentre na análise e discussão conceitual, que é o que se pode entender como uma abordagem propriamente filosófica de um problema. Isso não significa que se rejeite inteiramente o método de se discutir as concepções metafísicas e epistemológicas eventualmente presentes nas diferentes doutrinas religiosas. De certo modo, é um pouco

⁵*Trato desse assunto com mais profundidade em Portugal (2010).*

disso o que se faz quando se discute o conceito de Deus comum às grandes religiões monoteístas. No entanto, mesmo nesse caso, os elementos crítico, especulativo ou de análise conceitual são mais importantes num trabalho de filosofia da religião que a exposição das concepções doutrinárias ou a sistematização das experiências de uma determinada tradição religiosa.

Assim, é possível distinguir filosofia, teologia e religião, mas certamente há grandes zonas cinzentas entre esses conceitos, com intersecções e sobreposições que podem frequentemente tornar difícil em certos casos concretos a distinção que se pretendeu defender aqui. Em todo caso, como se diz popularmente, não é porque há crepúsculo e amanhecer que não se pode claramente diferenciar o dia da noite.

4. Ainda Há Lugar para a Teologia num Mundo de Ciência?

Voltemos, então, à questão que Dawkins discutiu em sua carta. Teria a teologia ainda algo a dizer em vista do avanço do conhecimento em ciências naturais? Na resposta que dei acima, tentei mostrar que a própria carta em que o biólogo inglês apresentou suas ideias era uma mostra do contrário daquilo que ele parecia defender, ou seja, na medida em que o que ele estava fazendo não era um trabalho em ciências naturais, ficava claro que não se pode pretender que essas encerrem todo o conhecimento que possamos ter sobre todas as questões. Dawkins estava fazendo filosofia e mesmo que suas ideias filosóficas pretendam se basear e defender o papel central das ciências naturais na compreensão humana da realidade, isso não é o mesmo que fazer ciências naturais.

A observação acima, porém, só diz respeito a um dos lados do problema. Mesmo que as ciências naturais não digam tudo sobre a realidade nem encerrem todo o conhecimento que possamos ter, haveria ainda algum lugar para a teologia no panorama acadêmico do mundo de hoje? Para responder essa questão, é melhor sermos um pouco mais precisos. Tanto no contexto de Dawkins quanto em nosso contexto, talvez ajude a dar uma resposta mais clara ao problema se nos restringirmos à noção de teologia cristã, que é a predominante na história da cultura ocidental. Isso não significa que outras concepções de divindade de outras culturas também não possam contribuir, mas o exercício argumentativo que tentarei a seguir fica mais simples e de mais clara aplicação a outras tradições se for limitado ao cristianismo, sem contar a inegável hegemonia dessa religião em nossa formação cultural em quase todos os seus elementos fundamentais.

Para ser tida como uma área do conhecimento, a teologia precisa de credenciais que a distingam de simples opinião por meio de um método ou conjunto de métodos de crítica e justificação objetiva de suas teorias. Etimologicamente “teologia” seria simplesmente a ciência de Deus, tal como a biologia é a ciência da vida, mas certamente a Teologia não é científica como é a Biologia, pois esta última é uma ciência empírica, enquanto a Teologia lida com algo que está para além da possibilidade de teste empírico. Embora as ciências formais, como a Matemática e a Lógica tampouco tenham teorias sobre as quais caibam testes

empíricos, certamente a Teologia não é também uma ciência deste tipo, pois ela não se resume a tautologias, estruturas formais ou simples relações de ideias, ou seja, ela se pretende informativa sobre um tipo de realidade que não é tida como construção ideal apenas.

Em grande medida, o trabalho básico do teólogo é de interpretar textos considerados sagrados por uma comunidade de adeptos de uma tradição religiosa ou de reelaborar – no sentido de sistematizar e colocar numa forma mais coerente – a experiência religiosa comum dessa comunidade. Com base nessa interpretação textual e dessa sistematização, o teólogo apresenta as doutrinas que constituem o credo dessa tradição e as orientações para o aperfeiçoamento da experiência religiosa e para a vida em geral dos adeptos da tradição. Em outros termos, o teólogo se dedica ao estudo de textos sagrados e da experiência religiosa de uma comunidade e propõe uma compreensão da concepção de Deus e da relação deste com o mundo, que sirva para o aprofundamento da experiência religiosa e para o aperfeiçoamento da ação dos membros da comunidade. É na medida em que o trabalho de interpretação textual se dá de forma crítica, bem fundamentada em conhecimentos históricos, geográficos, dos idiomas originais e outros necessários para essa tarefa, e na medida em que a sistematização doutrinal e pastoral se der de modo bem argumentado e coerente com as fontes textuais e experienciais da fé que o trabalho do teólogo vai adquirir credenciais epistêmicas positivas para ser considerado de uma área do conhecimento. Isso significa que, embora não seja como as ciências naturais ou como as ciências formais, a teologia teria um status epistemológico de discurso crítico objetivo, objeto de avaliação de uma comunidade de pesquisadores especializados e, portanto, não trivial, ou seja, para além da opinião comum.

No caso de que estamos tratando, então, a teologia seria a área de conhecimento que estuda a noção cristã de Deus e sua relação com o mundo, além de dar elementos para orientar a prática de seus adeptos de forma coerente com essa noção, mas o seu estudo pode ser de interesse mesmo daqueles que não são cristãos. Assim, na concepção apresentada aqui, estudar teologia serviria para entender o cristianismo tal como visto a partir de si mesmo em termos de seus ideais (em contraste com o cristianismo que se deu ou se dá historicamente, que seria da área de estudo do historiador ou do sociólogo). Desse modo, o estudo da teologia se justifica na medida em que é importante entender como o cristianismo se autocompreende fundamentalmente e na medida em que é importante saber o que ele propõe sobre diferentes dimensões da vida. A importância do cristianismo no debate sobre essas variadas questões tem pelo menos três facetas: uma primeira seria a influência histórica deste nas instituições e concepções atuais, a segunda estaria na influência social e cultural que ele tem no mundo de hoje e a terceira se liga à contribuição que o cristianismo pode dar para a melhor compreensão de um assunto em termos conceituais, independente de seu papel na história e na sociedade atual.

A importância histórica do cristianismo na formação das mais importantes instituições e valores da civilização ocidental é tão fundamental que deveria prescindir de

defesa. No entanto, livros como *How the Catholic Church Built Western Civilization*, de (Woods, 2012) e *Religion and the Rise of Modern Science* (Hooykaas, 1972) – para dar apenas dois exemplos – cumprem um papel importante na lembrança de que, sem o cristianismo (nas suas diferentes denominações), a civilização ocidental não teria a ciência moderna, a economia de mercado, os direitos humanos e muito de suas ideias fundamentais, de suas artes plásticas, música e literatura.

Contudo, apesar de previsões catastróficas como as de Freud em *O Futuro de uma Ilusão* (1927) ou do capítulo final de *Darwin's Dangerous Idea* (1995) de Daniel Dennett, o cristianismo não é importante só por seu passado, que deveria ser respeitado como uma venerável peça de museu. Sua presença no mundo de hoje é um fato que não pode ser negado. Embora essa presença na vida pública já não seja a que teve alguns séculos atrás, não se pode negar a força política e social do cristianismo não só em países como o Brasil, onde quase a totalidade da população se declara cristã, mas também nos Estados Unidos e mesmo no secularizado Reino Unido e até na oficialmente atea China⁶. Não deixa de ser curioso como o próprio Richard Dawkins reconhece essa força ao propor a manutenção de costumes e celebrações de origem cristã como o Natal e a leitura da Bíblia, mesmo numa suposta cultura de base científica e pós-cristã, que ele antevê ou propõe em seu *The God Delusion* (2006, p. 344). Uma força social e política como essa não pode ser negligenciada e a Teologia tem muito a contribuir para sua compreensão.

Mas não é apenas por fatores históricos ou sócio-político-culturais que o estudo do cristianismo (e da Teologia como entendimento deste a partir de si mesmo em termos ideais) se justifica. Desde o final dos anos 1960 em diante, vem crescendo na filosofia contemporânea um movimento no sentido de encontrar em teses teológicas de origem cristã ou da concepção teísta de Deus em geral elementos para responder problemas conceituais de fundamento. Trata-se de uma inversão da ideia medieval de filosofia como serva da teologia e, nesses tempos de forte secularização do meio acadêmico-científico, é possível que seja o máximo que se possa esperar de colaboração positiva entre Teologia e Filosofia. Devido a limites de espaço, vou indicar brevemente alguns exemplos apenas. Em filosofia política, diante dos impasses enfrentados pelo multiculturalismo, o relativismo de valores e a perda de legitimidade das instituições, Roger Trigg recentemente propôs um resgate das bases cristãs dos principais conceitos políticos ocidentais como igualdade, respeito à diversidade e direitos humanos em *Religion in Public Life* (2007). Não se trata de propor uma teocracia ou coisa do tipo, obviamente, mas de ver que noções tão caras e fundamentais do pensamento político moderno e que têm origem cristã não precisam ser jogadas fora numa cultura política secular e ao lidar com pessoas e grupos pertencentes a culturas não ocidentais. Um segundo exemplo se refere ao problema das bases metafísicas da ciência moderna, ou a questão acerca do tipo de concepção geral de mundo que seria mais apropriada para o estabelecimento e o florescimento da ciência moderna. A esse respeito, Alvin Plantinga (2011) faz ao mesmo tempo uma forte crítica do naturalismo ontológico – o tipo de ontologia predominante no

⁶Segundo matéria recente do *Daily Telegraph* (2014), a continuar no ritmo das últimas décadas, a China deverá ter algo próximo a duzentos e cinquenta milhões de adeptos em 2030, tornando-se o país com a maior população cristã do mundo.

meio acadêmico-científico atual – e uma defesa do teísmo cristão. Este último seria uma teoria geral da realidade muito mais adequada para uma atividade que supõe tanto um mundo ordenado quanto a possibilidade de que o esforço intelectual humano possa entendê-lo. Em filosofia da mente, uma área particularmente dominada por propostas naturalistas, timidamente o dualismo de substância – como o de Richard Swinburne (2013), que prefere chama-lo de “dualismo interativo” – vem aos poucos, desde uma base teísta, mostrando que ainda tem a contribuir para pensar melhor sobre problemas difíceis como o significado da consciência e sua relação com eventos e entidades físicas.

Por fim, gostaria de mencionar uma contribuição nesse esforço de apresentar respostas de origem teológica para problemas filosóficos que tem a ver com o início deste artigo: o problema das nossas origens. Refiro-me ao esforço do teólogo norte-americano John Haught para mostrar que a explicação das ciências naturais não é a única que há para uma diversidade de fenômenos como a ética e os valores, a ação intencional e mesmo a origem da vida. A respeito desta última questão, a teologia apresenta a ideia de que a vida tem origem na criação de Deus. Descartando-se a interpretação literal criticada acima, o que isso poderia significar? Segundo Haught, podemos falar, de um lado, da enorme dificuldade de se explicar esse fenômeno (simbolizada pelo fato de que Deus mesmo é, no fim das contas, um mistério inescrutável) e, de outro lado, que vida tem características tais que fazem pensar em razões adicionais às causas materiais para sua origem (Haught, 2006). Assim, em primeiro lugar, o tema é particularmente complexo a ponto de haver várias teorias postuladas e nenhuma delas dispor de corroboração clara, ou seja, toda a aparência de haver uma explicação simples e pacificada sobre esse assunto que Dawkins sustenta em sua carta não tem fundamento.

Mas, mesmo que se consiga achar uma teoria claramente corroborada, a explicação teológica ainda contribui no sentido de mostrar o caráter extraordinário da vida em um universo conhecido composto quase que inteiramente de matéria inorgânica. Voltada para o que pode ser estudado objetivamente, a ciência toma o que é desprovido de vida como o que pode ser conhecível por excelência e, portanto, deve ser tido como o verdadeiro fundamento da realidade. A vida é uma exceção desviante, que a ciência procura explicar em termos do que não tem vida, ou seja, uma explicação da vida em termos padrão, de grande aceitabilidade científica, seria por redução à química e à física, como vimos Dawkins dizer em sua carta.

O problema é que a vida é evidentemente diferente da matéria inorgânica, embora seja também regida pelas leis da química e da física e seja composta de substâncias desse tipo. A dificuldade com a qual o naturalista deve lidar é a de explicar o salto que a natureza parece ter dado ao dar origem à vida. A explicação naturalista se refere normalmente à noção de informação, no sentido de um conjunto de instruções necessárias para formar um padrão específico como o que temos no DNA ao se replicar. O problema, porém, apenas se transfere: e de onde veio essa informação codificada na célula? Para Haught:

O processamento de informação que codifica os resultados específicos na vida orgânica, não importa quão gradual tenha sido sua chegada à terra e

não importa quão simples eram as primeiras células, torna a vida descontínua lógica e ontologicamente com o mundo inanimado. (Haught, 2006, p. 65)

É claro que o DNA é ainda explicável em termos químicos e físicos, mas a informação que sua sequência específica traz não é logicamente redutível à química e à física, e esse é um grande problema a ser enfrentado pelas ciências naturais nesse assunto.

Haught faz questão de frisar que não se trata de a teologia propor Deus como uma explicação alternativa à explicação científica do surgimento da informação num mundo de física e química. Cabe à ciência tentar explicar esse surgimento, não à teologia. É por isso que ele suspeita de teorias pretensamente científicas como o design inteligente, pois podem ser teologicamente suicidas ao ligar demais fatos objetivos à ação divina, ao colocar a ação de Deus na linha da série de fatores causais objetivos. Por outro lado, ele entende que o modo como a informação surgiu no mundo material é uma boa analogia do modo como pode haver uma influência operando na natureza que não é redutível à força material comum. É possível, assim, falar que a vida não é resultado de processos físicos e químicos apenas. É algo natural, mas não puramente material e, ao mesmo tempo, não suspende as leis físico-químicas em vigor. Nesse sentido, a teologia se propõe a oferecer uma explicação em termos de causa primeira, de um poder e inteligência infinita, que permite e suscita o surgimento de algo complexo e excepcional como a vida. Isso deixa as ciências livres para buscarem causas segundas naturais. A consequência disso é a teologia permitindo dar sentido ao mistério fascinante na questão da emergência da vida e abrindo a possibilidade para que ele possa ser explicado cientificamente. Por sua vez, a ciência poderá reconhecer na metáfora teológica que a explicação científica tem diante de si uma imensidão encantadora e sempre desafiadora para lidar.

Seria isso trivial e óbvio como diz Dawkins em sua carta? Por um lado, claramente não é nem uma coisa nem outra, pois temos acima exatamente o contrário de um pensamento que defende o cientificismo e o naturalismo ontológico que ele parece defender em seu texto. Por outro lado, talvez o seja para quem já está imbuído de valores e crenças metafísicas fundamentais para as ciências naturais. Porém, é preciso lembrar que sua origem remonta aos postulados teístas de que o mundo é ordenado e que nossa inteligência é capaz de entendê-lo em alguma medida. Assim, como tentei defender neste texto, a teologia pode nos ajudar a entender a origem de ideias que estão no alicerce mesmo da atividade científica e de outros traços essenciais de nossa cultura, pode nos ajudar a entender muito do que se pensa e se faz em vista da influência do cristianismo no mundo de hoje e pode nos ajudar a dar respostas para problemas filosóficos sempre difíceis e desafiadores. Em outras palavras, se parece trivial e óbvio é porque essas ideias já são pressupostos arraigados e, nesse caso, faz-se necessário um trabalho de revelar as origens conceituais e históricas desses pressupostos; um trabalho que, em grande parte, pelo menos, cabe ao teólogo.

Sem dúvida, as respostas da teologia para a compreensão de nossas origens são

problemáticas, mas pelo menos não negam aquilo mesmo que elas estão fazendo ao falarem desse assunto.

5. Bibliografia

- ARISTÓTELES. *Protréptico. Una exhortación a la Filosofía*. Madrid: Abada, 2010.
- BEILBY, James (ed.) *Naturalism Defeated? - Essays on Plantinga's Evolutionary Argument Against Naturalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.
- DAWKINS, Richard. *The God Delusion*. New York: Houghton Mifflin, 2006.
- HAUGHT, John. *Is Nature Enough? Meaning and Truth in the Age of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HOOYKAAS, R. *Religion and the Rise of Modern Science*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1972.
- KIRK, G. S. & RAVEN, J. E. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1990.
- MARKHAM, Ian S. (ed.). *A World Religions Reader*. Oxford: Blackwell, 1996.
- OTTO, Rudolf. *Das Heilige*. München: C. H. Beck, 1997 [1917].
- PLANTINGA, Alvin. *Where the Conflict Really Lies*. New York/Oxford: OUP, 2011.
- PORTUGAL, Agnaldo Cuoco. *Bertrand Russell e o debate atual sobre Fé e Razão*. Síntese (Belo Horizonte), v. 40, p. 407-426, 2013.
- _____. *Filosofia Analítica da Religião como Pensamento Pós-"Pós-Metafísico"*. Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Belo Horizonte), v. 8 (16), p. 80-98, 2010.
- REA, Michael. *World Without Design – The Ontological Consequences of Naturalism*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- REPPERT, Victor. *C. S. Lewis's Dangerous Idea*. Downers Grove, IL: IVP Academic, 2003.
- SWINBURNE, Richard. *Mind, Brain and Free Will*. Oxford: OUP, 2013.
- TRIGG, Roger. *Religion in Public Life*. Oxford: OUP, 2007.
- WOODS, Thomas E. *How the Catholic Church Built Western Civilization*. New York: Perseus, 2012.
- <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/10776023/China-on-course-to-become-worlds-most-Christian-nation-within-15-years.html>, acessado em 4 de maio de 2014.